

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA E COVID-19: CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS<sup>1</sup>**

Renata Barreto Mendes

barreto.mendes@unesp.br

Graduanda do Curso de graduação em Administração da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Universidade Estadual Paulista - UNESP Jaboticabal – Brasil  
Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ

Mariana Carolina dos Santos

mariana.carolina@unesp.br

Graduanda do Curso de graduação em Administração da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Universidade Estadual Paulista - UNESP Jaboticabal – Brasil  
Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

Thaís Peagno de Lima

thaispeagno@hotmail.com

Graduanda do Curso de graduação em Administração da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Universidade Estadual Paulista - UNESP Jaboticabal – Brasil  
Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

Ana Claudia Giannini Borges

ana.giannini@unesp.br

Docente na Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista - UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro -SP, e na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – UNESP Jaboticabal - Brasil

### **RESUMO**

O conceito de economia solidária propõe uma organização autogestionária dos meios de produção e trabalho, buscando, por meio de práticas coletivas, a geração de renda, melhores condições de trabalho, inclusão e desenvolvimento social. Para isso, ela está fundamentada em quatro premissas: autogestão, cooperação, solidariedade e viabilidade econômica. Nesse sentido, encontram-se as cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, as quais estão inseridas como protagonistas na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos. Todavia, em 2020, com a pandemia do coronavírus (COVID-19) observa-se a intensificação da desigualdade social e econômica que permeia a sociedade brasileira. Isso posto, este estudo objetiva identificar e analisar as premissas da economia solidária, no contexto pandêmico, nas cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, presentes na mesorregião de Araraquara/SP. Realizou-se revisão bibliográfica, bem como a utilização de um questionário semiestruturado, aplicado em entrevista aos representantes de quatro cooperativas. Para tal, fez-se o contato por ligação telefônica e aplicativos de conversa, conforme preferência do entrevistado e com o comprometimento de sigilo. A partir das entrevistas, pôde-se identificar que: a viabilidade econômica das cooperativas é obtida pela comercialização dos materiais coletados

---

<sup>1</sup> Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica).

pelos(as) cooperados(as), demonstrando esforço contínuo para a promoção de renda mínima; as premissas de cooperação e solidariedade estão presentes na divisão de atividades, visto que, independentemente da função desenvolvida pelos(a) cooperados(as), estes(as) recebem o mesmo valor de renda ao final de cada mês, evidenciando a distribuição igualitária dos resultados, assim como o desenvolvimento colaborativo em busca do objetivo comum; a autogestão é identificada no processo de tomada de decisões, as quais se concretizam nas reuniões do grupo, quando as dificuldades e os problemas são expostos aos cooperados(as), de modo que busquem soluções. Ainda, destaca-se a intensificação do uso de equipamentos de proteção individual e o isolamento social, para aqueles pertencentes aos grupos de risco ao COVID-19. Ressalta-se que em três entrevistas há a manutenção da renda, apesar do isolamento, explicitando a presença dos princípios de solidariedade e cooperação. Quanto à gestão, observa-se que a ‘interferência’ no período de funcionamento das cooperativas em alguns casos tiveram as decisões participadas pelo poder público municipal e em outros foram impostas. Por fim, apesar do não entendimento explícito dos conceitos de economia solidária, observa-se, no contexto pandêmico, o fortalecimento de ações solidárias, a partir da busca constante de alternativas e soluções para a manutenção das cooperativas.

## **INTRODUÇÃO**

Iniciadas ao longo dos anos de 1990, as ações vinculadas às premissas da economia solidária se expandiram largamente em todo mundo, em destaque para as associações de agricultura familiar, projetos comunitários pastorais, organizações não-governamentais (ONGs) e projetos de educação popular (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018). Especificamente, no Brasil, a economia solidária emerge a partir de meados da década de 1990, em resposta ao aumento do índice de desemprego, em que, as metamorfoses nas relações trabalhista e a luta dos movimentos sociais marcaram essa década (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017). Deste então, mediante a sua pluralidade temática, a economia solidária consolidou-se nas discussões acadêmicas e movimentos sociais, promovendo uma ampla variedade interpretativa (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018).

Sob esta ótica, a economia solidária é compreendida a partir do conjunto econômico de atividades, organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores(as) fundamentados(as) pela cooperação e autogestão (SHIOGIRI; BRANCALEONI; BORGES, 2011; ARCANJO; OLIVEIRA, 2017). Assim, tem-se a economia solidária como a convergência de iniciativas coletivas com intuito de produzir atividades econômicas, capazes de impactar na sociedade, na política e na economia local, a partir de quatro princípios fundamentais: cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017). Todavia, no mundo moderno, as premissas da economia solidária sofrem com uma nefasta tentativa de desestruturação governamental, levando os empreendimentos solidários à condição de fragilidade e até a impedimentos irreversíveis (SPILLEIR, 2021).

Nesse paralelo emerge as cooperativas e associações de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, da qual, por intermédio da coleta segregada, triagem, destinação e disposição adequada dos resíduos sólidos, buscam a independência financeira e social dos(as) catadores(as), juntamente com a externalização de benefícios para sociedade, economia e poderes públicos locais (GONÇALVES-DIAS; SAKURAI; ZIGLIO, 2020). Entretanto, apesar do protagonismo desempenhado pelas cooperativas para o fluxo de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, em especial, pelos(as) catadores(as) no Brasil, a realidade destes é marcada pela precariedade social, econômica e financeira, exclusão, preconceito e vulnerabilidade social (NEVES *et al.*, 2017).

Atrelado a esse contexto tem-se, em março de 2020, a instauração da pandemia derivada da disseminação comunitária da infecção viral do novo coronavírus (COVID-19) (AGOSTINI; BUSATO, 2020; ARAÚJO; SILVA, 2020). A pandemia da COVID-19 tem causado graves impactos para o setor epidemiológico da saúde, bem como para o setor social, econômico, cultural e educacional do país. Sob este aspecto, Horton (2020) (re)denomina a pandemia como sindemia, posto que, o *gap* social presente na realidade de determinados grupos sociais é tido como determinante para o aumento da intensificação da vulnerabilidade e desigualdade social durante o período pandêmico (CHRISTOFOLETTI; COSTA; SILVA, 2020; JUNCO, 2021).

Assim, os(as) trabalhadores(as) pertencentes à categoria de catação de materiais recicláveis e reutilizáveis, que, sem o suporte dos poderes público federal, encontra-se em dilema constante da viabilidade da atividade durante a pandemia da COVID-19. Uma vez que, com a continuidade da coleta seletiva dos materiais, estão expostos ao risco de contaminação do vírus e com a interrupção estão submetidos à diminuição da renda familiar, o que resulta em incertezas quanto à manutenção de despesas básicas como alimentação, água, energia elétrica, aluguel etc. (AGOSTINI; BUSATO, 2020).

Deste modo, parte-se da premissa que os(as) catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, especialmente, quando organizados(as) em cooperativas e associações apresentam as premissas da economia solidária e, que, o contexto de vulnerabilidade e desigualdade social em que estão inseridos foi intensificado com a consolidação do quadro pandêmico, oriundo da disseminação comunitária do COVID-19. Isto posto, o presente estudo objetiva identificar e analisar as premissas da economia solidária, no contexto pandêmico, nas cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, presentes na mesorregião de Araraquara/SP.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Em um cenário caracterizado pela predominância capitalista de produção e consumo, em movimento contrário a sustentabilidade, tem-se o aumento descontrolado de resíduos sólidos urbanos que pode ser acompanhado de disposição inadequada, sendo uma das maiores preocupações da sociedade, tal como das instituições privadas e poderes públicos (SILVEIRA, 2019). Em termos quantitativos, no Brasil, no ano de 2019, foram gerados 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos, representando um aumento de 12 milhões de toneladas, em menos de dez anos de mapeamento, tornando a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos como meta a ser alcançada nas próximas décadas (ABRELPE, 2020).

Reflexo de uma sociedade caracterizada pela cultura de consumo, juntamente com o crescimento populacional urbano nas últimas décadas, a problemática atrelada aos resíduos sólidos reflete diretamente em externalidade negativas ao meio ambiente, tal como para a sociedade, saúde e economia nacional. Dessarte, a carência de planejamentos urbanos, em âmbito municipal, estadual e federal, e a ausência da conscientização populacional têm tornado a gestão e o gerenciamento pós-consumo como providência premente para a busca de soluções e medidas capazes de promover a diminuição da degradação ambiental e saúde humana (FIGUEIREDO; SILVEIRA; SILVA, 2020).

No Brasil, desde 2010, tem-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual, por intermédio da Lei n. 12.305, dispõe sobre objetivos, metas, diretrizes e instrumentos, de modo a promover a gestão e o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos em todo território nacional (BRASIL, 2010). Ainda, a PNRS atribui a responsabilidade compartilhada entre todos os elos presentes na cadeia produtiva dos resíduos sólidos gerados, com intuito de fomentar a reinserção dos resíduos descartados e, conseqüentemente, proporcionar o aumento da vida útil desses e dos aterros sanitários (BRASIL, 2010; ANJOS *et al.*, 2019).

Nesse paralelo, Anjos *et al.* (2019, p. 603) evidenciam os processos de reciclagem e a reutilização com sistemas “que tem o objetivo de recuperar e reutilizar resíduos que seriam descartados e transformá-los em materiais que tenham novamente utilidade” e, conseqüentemente, capazes de viabilizarem maiores taxas de destinação adequada. Todavia, para que tanto o processo de reciclagem quanto o processo de reutilização se efetivem, faz-se necessário a coleta segregada eficiente dos resíduos, uma vez que, seja “possível recolher os materiais recicláveis separados do resíduo organizado, evitando a contaminação dos resíduos recicláveis, não comprometendo todo o processo” (ANJOS *et al.*, 2019, p. 603-604).

Deste modo, tendo como premissa que, para a promoção de maiores taxas de destinação adequada, faz-se necessário a implementação da coleta segregada dos materiais, a PNRS destaca a coleta seletiva, quando realizada em conjunto com cooperativas e associações de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, como instrumento eficaz e eficiente para a gestão e gerenciamento dos resíduos pós-consumo. Em convergência, Figueiredo, Silveira e Silva (2020, p. 248) evidenciam que um dos objetivos primordiais da PNRS se refere a integração de catadores(as) através do "incentivo à formação de associações e/ou cooperativas de catadores[as] como forma de buscar melhorias nas condições de trabalho e renda para essa categoria".

Nesse cenário, despontam as premissas da economia solidária na constituição de cooperativas e associações de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, em que, por intermédio da autogestão e cooperação coletiva e solidária, busca-se proporcionar renda e dignidade aos trabalhadores(as) pertencentes a atividade de catação (SHIOGIRI; BRANCALEONI; BORGES, 2011). Gutierrez e Zanin (2013, p. 131) evidenciam que os empreendimentos solidários de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis surgem como: “alternativa para a humanização e formalização do trabalho destes trabalhadores junto aos sistemas de coleta de resíduos”. Além disso, o cooperativismo é caracterizado como organização coletiva de trabalho antagônica ao sistema de produção capitalista, em que, os catadores e catadoras são, constantemente, incentivados a se organizarem em empreendimentos solidários (SILVA-ARIOLI *et al.*, 2016).

Do ponto de vista histórico, a economia solidária “está no cooperativismo do final do século XVIII e início do século XIX, nascido na Europa” (GRECCO, 2014, p. 69), vinculada a “luta de classes conduzida pelos sindicatos”(SINGER, 2002, p. 29). Sob esta ótica, Ferrarini, Gaiger e Veronese (2021, p. 3, tradução nossa) destacam que, a partir da década de 1970, a “crise de regulação keynesiana e o desequilíbrio social resultante pavimentaram o caminho para uma série de novos experimentos, revitalizando práticas associativas e de economia solidária”. Assim, a economia solidária surge como uma alternativa aos princípios apresentados no capitalismo, no qual, o apoio do poder público, por intermédio de ações viabilizadoras de inclusão e planejamento, é fundamental (SINGER, 2002; TORRES, 2016; GAIGER; KUYVEN, 2020).

No Brasil, o termo economia solidária foi usado, pela primeira vez em 1996, por Paul Singer, no artigo “Economia Solidária contra o Desemprego” publicado no jornal Folha de São Paulo. Publicação que se dá mediante a crise social vivenciada nas décadas de 1980 e 1990, em que o alto índice de desemprego, tal como a desindustrialização brasileira e a

banalização dos limites estatais marcavam os governos (SINGER, 2002; TORRES, 2016; ARCANJO; OLIVEIRA, 2017). Neste contexto, observava-se nas periferias urbanas e no campo projeções equivalentes às organizações comunitárias capazes de contribuir para “uma nova geração de cooperativas, populares e solidárias” (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018, p. 160).

Diante disso, poderes públicos, inclusive os municipais, destinaram esforços à integração da temática da agenda governamental, de modo que, o primeiro marco-institucional caracteriza-se pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária incorporado ao Ministério do Trabalho, em 2003, juntamente com a organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018; SILVA, 2018). No mesmo compasso, em 2011, o governo coordenado por Dilma Rousseff, preocupado em promover a diminuição do índice de pobreza no país, introduz o “Plano Brasil sem Miséria”, com o objetivo de aplicar e fortalecer as estratégias direcionadas a diminuição da desigualdade socioeconômica, com articulação social, econômica e política presente nas vertentes da economia solidária (JURASZEK *et al.*, 2019).

Desse marco histórico, desencadeou-se inúmeros eventos, programas, relatos, estudos e pesquisas direcionadas ao fomento da economia solidária, de modo que fosse possível identificar aspectos centrais do caráter transformador, a natureza associativa e a viabilização da cadeia solidária (GUTIERREZ; ZANIN, 2013; FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018).

Entretanto, Gaiger e Kuyven (2020, p. 2) evidenciam que existem múltiplos “conjuntos variados de iniciativas identificadas com a economia solidária, somando-se a ele uma diversidade de propósitos subjacentes aos juízos e discursos sobre suas práticas”. Em convergência, Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018, p. 159) destacam a “notória multiplicação de experiências associadas à economia solidária bem como o interesse progressivo em investigar os fatores de sua emergência, as suas características peculiares e as suas condições de desenvolvimento”.

Assim, quanto ao conceito, Schiogiri, Brancaloni e Borges (2011, p. 3) definem economia solidária como “um conjunto de atividades econômicas que são organizadas e realizadas por trabalhadores[as]”. Em convergência, Arcanjo e Oliveira (2017, p. 232) descrevem a economia solidária como “conjunto de atividades econômicas [...] - organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores/es sob a forma coletiva e autogestionária”. No paralelo, Silva (2018, p. 163) destaca que a economia solidária é baseada na “organização coletiva de trabalhadores para a viabilização de empreendimentos econômicos e projetos

locais de desenvolvimento, com finalidade de gerar trabalho e renda para os sujeitos envolvidos”. Deste modo, apesar da pluralidade submetida ao conceito, nota-se que a economia solidária está atrelada a organizações de trabalhadores(as) sustentadas por quatro pilares: autogestão, cooperação, solidariedade e viabilidade econômica (SHIOGIRI; BRANCALEONI; BORGES, 2011; ARCANJO; OLIVEIRA, 2017).

A autogestão refere-se à “ausência de Estado levada às últimas consequências” (ZAMBELO, 2015, p. 105), em que, os meios de produção são de uso coletivo e o processo de concepção e execução do trabalho ocorre concomitantemente. Em confluência, Juraszek *et al.* (2019, p. 115) compreendem a autogestão quando “o gerenciamento de uma empresa é realizado pelos próprios empregados”. Destaca-se ainda que para a realização da autogestão “é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema” (SINGER, 2002, p. 19). À vista disso, tem-se a autogestão como característica fundamental dos empreendimentos solidários, posto que, o modelo autogestionário é a estrutura concreta para a realização da cooperação, solidariedade e participação econômica de todos os membros (SOTO, 2011; JURASZEK *et al.*, 2019).

Em continuidade, a cooperação é compreendida, a partir de sua etimologia, como o efeito de atuar juntamente com os outros, a fim de promover, por intermédio do trabalho, esforços, contribuições e auxílio ao empreendimento para a conquista do objetivo comum (BARROS; OLIVEIRA, 2019). Afluindo aos autores, Shiogiri, Brancaleoni e Borges (2011, p. 6) evidenciam que a “cooperação baseia-se nos interesses e objetivos comuns dos[as] trabalhadores[as], na divisão dos resultados, na responsabilidade solidária perante as decisões que envolvem os assuntos de interesse de todos”. Deste modo, subjetivamente, a cooperação é correlacionada ao questionamento de que, quando o trabalho é realizado em grupo, os membros tendem a serem mais eficientes do que se realizado individualmente (ZAMBELO, 2015; FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018).

A terceira premissa, a solidariedade, refere-se ao propósito que “mesmo sendo diferentes, são um coletivo, um grupo, contrariando o individualismo que colocaria o valor central e inabalável no indivíduo” (TORRES, 2016, p. 39). Tangivelmente, a solidariedade é concebida como “parte da atividade humana que produz o mundo, constrói relações, promove a circulação de afetos e insere o sujeito numa rede de vínculos que permite a sua própria produção” (BARROS; OLIVEIRA, 2019, p. 3). No paralelo, Singer (2002, p. 9, grifo do autor) argumenta que a solidariedade “só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar”.

Assim, apesar do carácter intrínseco, a solidariedade representa diferentes dimensões nos empreendimentos solidários, a participação justa e igualitária nos resultados alcançados, preocupação com melhorias coletivas e qualidade de vida de membros do empreendimento solidários (SHIOGIRI; BRANCALEONI; BORGES, 2011; SOTO, 2011).

Por último, a viabilidade econômica, ou ação econômica, “diz respeito aos esforços, conhecimentos e recursos que são utilizados na viabilização das atividades relacionadas ao empreendimento” (SHIOGIRI; BRANCALEONI; BORGES, 2011, p. 3). Soto (2011, p. 34) evidencia que a dimensão econômica “é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo”. Assim, a viabilidade econômica é entendida como conjunto de elementos capazes de promover, por intermédio da comercialização, consumo solidário, prestação de serviços, produção de bens e fundo de crédito, a viabilização de empreendimentos solidários (SHIOGIRI; BRANCALEONI; BORGES, 2011).

Mediante ao exposto, tem-se a economia solidária como “uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário fundamentado na organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras com interesse de melhorar a qualidade de vida por meio do trabalho associado, cooperativado ou mesmo em grupos informais” (JURASZEK *et al.*, 2019, p. 120), para combater a desigualdade no sistema de produção e consumo capitalista. Todavia, apesar da importância e arcabouço teórico, os empreendimentos solidários enfrentam “problemas estruturais no exercício das suas atividades, sobretudo no que diz respeito à formalização, assessoramento técnico, capacidade de comercialização de produtos e serviços, acesso a crédito e financiamentos e articulação em rede” (JURASZEK *et al.*, 2019, p. 122). Em reforço aos autores, Spilleir (2021, p. 1) destaca que a economia solidária se caracteriza “com uma boa via alternativa para promover a inclusão, sentido de pertencimento e ajudasse em ciclo gerador de renda local”, porém os empreendimentos solidários apresentam constantemente problemas financeiros. Ainda, acentuando as dificuldades estruturais e financeiras, visto a extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária, executor de políticas públicas de economia solidária no governo federal no Brasil (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017; SPILLEIR, 2021).

Em somatória a este cenário, em dezembro de 2019, surge na China, especificamente em Wunha, a partir de pacientes reportando casos de pneumonia de etiologia não identificada, o novo coronavírus (Sars-CoV-2), em que, pela rápida disseminação geográfica e características infecciosas coletivas, foi considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2021, como quadro pandêmico (CHRISTOFOLETTI; COSTA;

SILVA, 2020; SANTOS; JOAQUIM, 2021). Impactando pessoas de todas as áreas, a pandemia do COVID-19 também tem efeitos negativos nas áreas sociais, econômicas, culturais e políticas, resultando em perdas e gastos inestimáveis, sendo um "dos maiores desafios sanitários mundiais do século" (BERNARDES; SILVA; LIMA, 2020, p. 43).

No Brasil adotou-se, com o intuito de conter e desacelerar a evolução do quadro pandêmico, o "distanciamento social, isolamento dos casos confirmados, identificação e acompanhamento dos contatos, desinfecção ambiental e uso de equipamentos protetivos individuais" (AGOSTINI; BUSATO, 2020, p. 77). Além disso, os impactos da pandemia do COVID-19 tornam-se complexos, na medida que "tende a ser mais graves num contexto de grande desigualdade econômica e social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento" (AGOSTINI; BUSATO, 2020, p. 78).

Em conformidade a esse cenário, de disseminação coletiva e da adoção de medidas protetivas de preservação a saúde, tem-se a acentuação da desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, Horton (2020) argumenta que a pandemia do COVID-19 pode ser denominada como sindemia, uma vez que, a coexistência simultânea de duas problemáticas que se retroalimentam, causa "um efeito maior que a soma de ambos" (JUNCO, 2021, tradução nossa). Assim, a combinação entre os efeitos sociais, econômicos e epidemiológicos derivados da COVID-19 e as condições sociais, econômica, políticas, ecológicas e ambientais negativas pré-existentes na sociedade brasileira amplia o *gap* social e econômico entre os mais grupos vulneráveis (HORTON, 2020; JUNCO, 2021).

Mediante a isto, encontra-se na interseção entre o retrocesso e o atrofiamento das premissas da economia solidária, a retirada do apoio governamental e a situação sindêmica, que afeta cruelmente a camada vulnerável da sociedade brasileira, as cooperativas e associações de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis (JUNCO, 2021; SPILLEIR, 2021). Dias *et al.* (2020, p. 2) apontam a atual pandemia como desafio singular para o setor de resíduos sólidos, em especial, para a categoria popular da reciclagem, ou seja às cooperativas e associações, visto que "os desafios enfrentados pelos[as] catadores[as] são agravados pela maior vulnerabilidade desse setor em função dos ambientes de trabalho insalubres [...] pela dificuldade de acesso e ou ausência de capacitação para uso de equipamentos de proteção individual", resultando em acréscimo de uma camada extra de vulnerabilidade aos trabalhadores da catação. Destarte, Agostini e Busato (2020, p. 74) evidenciam que, no enquadramento da pandemia do COVID-19, se nota a intensificação das "desigualdades sociais gerando um contexto de aumento de

vulnerabilidade social, das iniquidades e violações de direitos que historicamente afetam diretamente o catador de material reciclável".

Além disso, Araújo e Silva (2020, p. 195) apontam as atividades de coleta, reciclagem, reutilização e manejo de resíduos sólidos como "veículo de transmissão do coronavírus e representa um risco para a população e os operadores", de modo que a ausência e precariedade de programas de coleta seletiva, gerenciamento e gestão de resíduos sólidos e saneamento básico, intensificam a propagação e os impactos do vírus (ARÁUJO; SILVA, 2020; BERNARDES; SILVA; LIMA, 2020). Nesse contexto, destaca-se que, além da transmissão por meio das vias respiratórias (espirros e tosses), Araújo e Silva (2020, p. 195) destacam a possibilidade de transmissão a partir de superfícies e objetivo contaminados, em que, o novo coronavírus pode "persistir em plásticos (4-5 dias), vidro e madeira (4 dias), aço (2 dias), luvas cirúrgicas (8 horas) e alumínio (2-8 horas)".

Para Agostini e Busato (2020, p. 79), mediante a impossibilidade de interrupção da atividade, fez-se necessário a reorganização dos serviços e programas de coleta seletiva, tal como dos procedimentos e processos de "trabalho nos galpões adotando medidas preventivas para evitar a infecção pelo novo coronavírus", de modo a promover-se segurança para os(as) catadores(as), seus familiares e elementos próximos a seus respectivos convívios. Assim, o uso de equipamentos de proteção coletiva (EPC), reorganização espacial e temporal no fluxo inicial de triagem e higienização pessoal, combinado a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) são descritas como foco central para conter a disseminação do vírus, em condições de segurança, nas atividades do setor de resíduos sólidos (AGOSTINI; BUSATO, 2020).

Ainda, Christofolletti, Costa e Silva (2020, p. 1625) destacam que os(as) catadores de materiais reciclados e reutilizáveis, mediante a "impossibilidade de praticar o isolamento social e medidas de higienização, ainda sofrem com a diminuição da renda oriunda da interrupção da cadeia produtiva de resíduos e os riscos inerentes à manipulação de materiais recicláveis contaminados". Todavia, sem apoio governamental, as cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis continuam operando e se expondo constantemente ao risco de contaminação, dado que necessitam promover a manutenção da renda de seus cooperados(as) (HENRIQUE; MATTOS, 2020).

Assim, os empreendimentos solidários organizados por catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis encontram-se, atualmente, na intersecção da involução das premissas da economia solidária e efeitos negativos ocasionados pela disseminação coletiva do COVID-19 em que, sem o apoio governamental, os(as) trabalhadores(as) da

coleta seletiva, mesmo suscetíveis à contaminação, continuam realizando o trabalho de catação a fim de assegurar a renda mínima dos membros.

## **METODOLOGIA**

De acordo com as premissas de Lüdke e André (1986), o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva exploratória, visto que trata sobre o desenvolvimento de conhecimentos a respeito de um binômio pouco disseminado: COVID-19 e Cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, a partir da exposição de características desta dualidade.

Isto posto, para o desenvolvimento do presente estudo, fez-se necessário a construção de um referencial bibliográfico, com intuito de apresentar um pensamento crítico acerca do tema central, economia solidária e COVID-19, tal como sobre a realidade, estrutura e contexto em que as cooperativas, especialmente, os(as) catadores(as) estão inseridos(as). Assim, realizou-se a busca de artigos científicos, trabalhos, livros e estudos acadêmicos em *sites* acadêmicos e plataformas *on-line* de revistas eletrônicas, os quais tratam, integralmente ou parcialmente, sobre as premissas da economia solidária e atividades associadas às cooperativas e aos catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, bem como as consequências e características do cenário pandêmico derivado da disseminação do COVID-19. Para tal, utilizou-se as seguintes palavras-chaves: Economia Solidária, COVID-19, Cooperativas, Catadores e Catadoras, Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva.

Além da construção do referencial bibliográfico, realizou-se também a coleta de dados primários, a partir da aplicação de um questionário semiestruturado aos responsáveis e/ou representantes das cooperativas, no primeiro semestre do ano de 2021. O processo de aplicação do questionário ocorreu por intermédio de ligações telefônicas e aplicativo de conversa (*WhatsApp*). As informações como nome do(a) representante e/ou responsável e da cooperativa, bem como sua localização serão mantidas sob sigilo de pesquisa, da qual, faz-se uso apenas os dados e as informações pertinentes para o presente trabalho. Sob este contexto, o estudo tem como amostra, quatro cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis localizadas nos municípios pertencentes a mesorregião de Araraquara, interior do estado de São Paulo, identificados como *Cooperativa A*, *Cooperativa B*, *Cooperativa C* e *Cooperativa D*.

Quanto à delimitação do estudo ocorreu de forma ampliada, da qual segundo Gil (2002), caracteriza-se por um método de amostragem não-probabilística por acessibilidade. Tal critério derivou-se da atual situação pandêmica, declarada como transmissão comunitária

pela Organização Mundial da Saúde, em que a principal recomendação se compreende no isolamento social, o que se manteve até agosto de 2021 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Considerando o cenário de sindemia, três das quatro cooperativas entrevistadas registraram o crescimento na geração de resíduos devido ao consumo de embalagens, conforme justificado pela Cooperativa B em “por as pessoas estarem mais em casa então acho que consome mais, né? Então tem mais material reciclável”. Complementando, tem-se o relato da Cooperativa A de que devido à diminuição de atravessadores há o aumento no preço de venda: “a gente chama esses atravessadores que compra dos catadores às vezes avulso ou em pequenas lojas que tava fechada e não tava comprando, então eles iam nos grandes geradores que eram as cooperativas, né? Então deu uma melhorada no preço sim”.

Com o aumento do volume e preço de venda, a Cooperativa C destaca que a renda “foi alterada pra melhor dos cooperados, pois a mesma aumentou”, assim como a Cooperativa B: “foi onde deu pra dar uma melhorada boa no salário dos cooperados”. Essas falas, de certa forma, demonstram a preocupação contínua pela viabilidade econômica por meio dos serviços prestados e pelo rateio igual entre os cooperados.

Ainda sobre o impacto na renda devido ao COVID-19, a Cooperativa A ressalta a importância de se estabelecer uma rede de solidariedade, exemplificada pela ajuda que obtiveram no começo da pandemia. Nesse sentido, destaca que a renda não foi alterada “porque a gente teve alguns apoios, e até apoio financeiro no começo da pandemia”, bem como o recebimento de:

doação de espécie pra auxiliar no rateio dos cooperados, a gente teve doação de produtos de limpeza, tanto pessoal quanto de higienização, [...] doação de álcool em gel, de máscara. Ano passado a gente teve doação da prefeitura de cesta básica, no final do ano a gente teve também doação de cesta básica do INSS, do Movimento dos Catadores. (Cooperativa A)

Isso também é apontado pela Cooperativa B ao relatar que “no começo a prefeitura veio colaborando com a gente com álcool em gel, com máscara” e pela Cooperativa C ao destacar que “o poder público [prefeitura] doou máscaras para os cooperados”. Verifica-se a importância do envolvimento do poder público municipal na consolidação de uma rede solidária, porém, ao longo do ano, observou-se a diminuição gradativa desse apoio, o que prejudicou os entrevistados. Outra dificuldade indicada, segundo a Cooperativa B, se deve a troca de gestão municipal, após as eleições municipais no ano de 2020, “porque depois

teve essa troca de prefeito [...] então em janeiro agora começou outro prefeito, né? A gente, então, nem tá muito nesses detalhes com ele”. A mudança na relação com as cooperativas e agentes externos, ao longo da pandemia, também é observada na fala da Cooperativa A: “no início, quando a gente iniciou a gente tinha mais parcerias [...] do restaurante popular, o vale alimentação que vinham os marmítex, daí mudou, agora a gente não tem mais. A gente tem o convênio com a prefeitura que a gente paga metade do transporte”. É possível notar avanço nas atividades das cooperativas e desenvolvimento econômico enquanto imersas em uma rede de solidariedade, porém essa se apresenta frágil, o que demanda constante atenção, em específico, pelo poder público municipal.

Diante do cenário da COVID-19 e riscos de exposição vivenciados pelos cooperados, foi decisão de algumas cooperativas afastar aqueles que se encontravam no grupo de risco ou diante de maior vulnerabilidade e, mesmo assim, manter a renda desses como expresso por: Cooperativa B, “Hoje, agora por causa da pandemia [...] umas pessoas se afastaram porque motivos de ter criança pequena, não ter creche [...] Não tem com quem deixar os filhos”; Cooperativa A, “a gente tem em volta de oito cooperados que tá desde março do ano passado por ser quadro de risco e é a cooperativa que está custeando isso porque o INSS não aceita encaminhamento de [quadro de risco] COVID”. Com isso, pode-se observar a autogestão e a solidariedade na decisão, visto que os cooperados afastados, de maneira preventiva, continuam recebendo a renda fruto do rateio, apesar de estarem em isolamento, o que denota o sentimento de grupo, pertencimento e de que, portanto, a renda deve ser mantida.

A Cooperativa A complementa explicando que “não recebe as horas extras, não recebe o domingo, mas recebe o mínimo por ele ser quadro de risco e tá afastado”, além de “As decisões a gente toma em conjunto, né? Que nem agora com a pandemia a gente teve decisões da gente diminuir a carga horária da cooperativa pra gente não ter aglomeração nos horários da refeição”, o que evidencia claramente os princípios da autogestão, da igualdade e da vivência democrática.

No entanto, é importante considerar que a partir dessas decisões, a rotina de trabalho se torna mais intensa para aqueles que permanecem na cooperativa, ao mesmo tempo que evidencia o trabalho sendo realizado de forma integrada e cooperada. Diante dessas ausências, algumas cooperativas sentiram a necessidade de aumentar seu quadro de cooperados, como relata a Cooperativa A: “[2020] a gente iniciou com 180, né? Aí devido à pandemia, a gente teve um número grande de cooperados que teve que ficar afastado, foi onde a gente ganhou novos cooperados e a gente foi pra 206”. Da mesma forma, a

Cooperativa C diz que “houve a necessidade de inclusão voluntária de mais cooperados por conta do aumento da coleta dos materiais recicláveis”. Esses são sinais de solidariedade, mas também de autogestão, visto que em assembleia os cooperados identificam entre si aqueles mais vulneráveis e decidem afastá-los para mantê-los protegidos.

Essa cooperação e autogestão é identificada nas maneiras de tomarem decisões conjuntas como relata a: Cooperativa A, “a gente tem a assembleia anual que é a prestação de conta do conselho fiscal; normalmente as decisões são feitas pelo conselho eleito durante o dia, quando tem alguma necessidade maior, ou então investimento de alguma coisa, daí a gente convoca uma assembleia geral, e daí decide entre os cooperados”; Cooperativa B, “as decisões da cooperativa são tomadas com reuniões”; e Cooperativa C “as decisões são tomadas por meio de reuniões, assembleia geral extraordinária ou ordinária”, priorizando a autogestão em que todos são “donos” da cooperativa e tem o poder de escolha.

Um exemplo de escolha tomada em assembleias, além do afastamento de cooperados com maior vulnerabilidade em relação ao COVID-19, é a formação de um fundo para despesas com manutenção, como explica a Cooperativa A que optou por estipular um teto para o rateio entre os cooperados:

tudo que a gente vendia, a gente devolvia 20% dessa venda pra eles [empresa contratante] fazerem a manutenção dos equipamentos. Só que a burocracia deles a gente ficava muito tempo com equipamento parado [...] às vezes demorava mês pra arrumar uma prensa e aí a gente fez um acordo de a gente deixar de pagar esses 20% pro [empresa contratante] e assumir a manutenção desses equipamentos, que daí com a gente, a gente teria mecânico de confiança, tem pessoas que já prestam serviço pra cooperativa e a gente consegue arrumar um equipamento, de manhã pra tarde já tá pronto.

Observa-se, nesse caso, a premissa da viabilidade econômica e da autogestão em tomar uma decisão que pode ser mais cara a curto prazo, mas melhora as condições de serviço e aumenta o fluxo de produção, visto a redução do tempo de reparo.

No entanto, ainda que as cooperativas sejam regidas pelo princípio da autogestão, é possível identificar pontos de interferência do poder público municipal ou empresas com as quais tenham um contrato de concessão, conforme relata a Cooperativa A: “tem algumas regras de segurança do espaço, né? Como a portaria, os seguranças... Essa administração é da [empresa contratante]” ou “essas decisões a gente toma em conjunto com a prefeitura e com [empresa contratante]”. Essas decisões pretendem alterar horários para diminuir os

riscos de contágio e em “a nossa área é protegida pelo [empresa contratante] né? Então a gente tem os EPIs selecionados pelo técnico”. Falas que demonstram uma forte interferência advinda de agentes externos, devido a contrato de concessão do local. Ainda que, quando perguntadas, as cooperativas declararam não haver interferência, como explicita a Cooperativa B: “a prefeitura não tem nada a ver com o nosso trabalho[...] Ela cedeu o local pra gente, a gente tem uma parceria com ela [...] Do mais, ela não se intromete em nada que a gente decide fazer”.

É importante relatar que apesar das cooperativas vivenciarem, de certa forma, os princípios da economia solidária, como evidenciado nos diferentes relatos, quando perguntados sobre o entendimento de economia solidária e seus princípios, parte apresenta explicação clara, enquanto outros apresentam dificuldade ou desconhecimento. (Quadro 1)

Quadro 1. Registro das definições sobre economia solidária e seus princípios segundo as Cooperativas.

Perguntas	Cooperativa A	Cooperativa B	Cooperativa C	Cooperativa D
Vocês conhecem a economia solidária? Se sim, como a compreendem?	"...entendo que ela é um apoio que vem através do município para pequenas entidades ou pequenos grupos se fomentar, crescer, se organizar como empresa, como entidade"	"... já ouvi falar muito, mas é uma coisa que a gente não focou muito não"	"São iniciativas de desenvolvimento social e econômico, que geram emprego e renda para pessoas de baixa renda"	"Então, a gente tem uma participação na economia solidária, a gente participa do fórum, é uma incubadora que ajuda e auxilia a cooperativa."
Definição de "Cooperação"	"Cooperação é união, é eu saber ou eu ter algo que junte com algo de alguém e a gente vai ter um resultado melhor"	"Eu acredito assim, que teria um grupo de pessoas que nem no caso a gente. Um cooperando com o outro em todos os sentidos. No trabalho... em tudo. No meu ponto de vista é um cooperando com o outro."	"Ajudar uns aos outros dentro da cooperativa"	"União"
Definição de "Autogestão"	"É a gente se capacitar, se qualificar, pra que a gente gerencie o nosso negócio sem intermédio de poder público ou de entidades diferentes da nossa"	"Ouvi bastante comentário de autogestão, mas no momento não sei te falar exatamente"	"Os cooperados são donos e participam de todas as decisões da cooperativa"	"Não sei explicar"
Definição de "Viabilidade"	"É você ter segurança"	"Também não"	"São projetos onde todos os"	"Economia para a cidade"

Econômica"	financeira, né? Você tem lá um negócio que ele não precisa ter lucro, mas ele precisa se autossustentar."		cooperados analisam se é viável ou não"	
Definição de "Solidariedade"	"É parceria, eu acho que é auxílio, apoio. Você se solidariza ao próximo"	"É uma coisa muito importante onde se tem um grupo de pessoas. Isso é uma coisa muito importante: um ser solidário com o outro. Não só como aqui na cooperativa, mas eu acho assim que o ser humano em todos os sentidos, na vida"	"União, é um ajudando o outro, se nós ganhamos algo na rua de algum munícipe por exemplo sei lá um armário como aconteceu na semana passada, foi passado para um cooperado que amasiou e não tinha nada então levamos até a casa dele"	"Também seria união de todos."

Fonte: Elaboração própria a partir de respostas dadas nas entrevistas

Deste modo, é possível observar que a compreensão dos aspectos da economia solidária não se dá de maneira homogênea, está ligada ao tempo de surgimento, cultura da cooperativa, incentivo do poder público, participação de outras instituições e proximidade da cooperativa com movimentos de resistência. Ainda assim, é possível apontar aspectos da economia solidária e suas premissas na rotina das cooperativas entrevistadas, nas suas tomadas de decisões e até mesmo frente a eventos externos, como a pandemia do COVID-19, que causam impacto em suas atividades. Portanto, não se trata de um processo que ocorre de forma consciente, mas sim coletiva e natural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indubitavelmente, a economia solidária tem passado por enormes retrocessos quanto ao espaço legislativo, aos direitos e à estrutura política conquistada. Essa alteração impacta diretamente os empreendimentos solidários, pois a perda de apoio governamental resulta em constantes e severas dificuldades financeiras para a sua manutenção e perpetuidade.

Dentre os empreendimentos solidários, destaca-se as cooperativas e associações organizadas por catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, caracterizadas como alternativa de formalização do(as) trabalhadores(as) que exercem a atividade de catação e, conseqüentemente, possibilitam a promoção da humanização, dignidade e independência financeira dos(as) catadores(as).

Em somatória a esse processo, as perdas observadas no movimento de economia solidária no Brasil, há um revés vivenciado pelas cooperativas e associações de catadores(as) com a instauração da pandemia do COVID-19, dado que, o contexto de vulnerabilidade e desigualdade social vivenciado pelos(as) trabalhadores da catação, torna a continuidade das atividades do setor de resíduos sólidos um processo complexo e singular. Desse modo, este artigo buscou apresentar a compreensão das premissas da economia solidária, no contexto pandêmico, em quatro cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis e reutilizáveis, presentes na mesorregião de Araraquara/SP.

Identificou-se que, a compreensão das premissas se dá de maneira distinta, sendo possível apontar aspectos confluentes. A autogestão é vista como autonomia e participação coletiva nas tomadas de decisão; a cooperação compreende-se como a união entre os(as) cooperados(as), quanto aos recursos financeiros, equipamentos e trabalho integrado; a solidariedade, em concordância com cooperação, equipara-se a união, compreendida como ajuda mútua, identificando e auxiliando os indivíduos mais vulneráveis, dentro e fora da cooperativa; e a viabilidade econômica, que apresenta maior variedade de compreensão, é entendida como sustentabilidade empresarial, cooperação nas análises de projetos e economia para o município.

Por fim, considera-se que as cooperativas vivenciam aspectos da economia solidária de forma que seja possível identificar as quatro premissas em suas atividades, ainda que sejam distintas as compreensões e dependentes de aspectos sociais, estruturais e políticos. Portanto, imersas em um ambiente de competição, extrema vulnerabilidade e com o avanço do quadro sindêmico do COVID-19, o esforço por um desenvolvimento sustentável e solidário torna-se evidente, ao mesmo tempo que marca a importância da consolidação de uma rede solidária.

## REFERÊNCIAS

- ABRELPE. Panorama dos resíduos sólidos. 2020. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama-2020/>>. Acesso: ago. 2021.
- AGOSTINI, J.; BUSATO, M. A. Vulnerabilidades em saúde e ambiente de catadores de materiais recicláveis em tempo de COVID-19. In: AYRES, C. (Org.). **Novos paradigmas de abordagem na biomedicina contemporânea 2**. Ponta Grossa: Atena, 2020.
- ANJOS, J. S.; WOLFF, G.; FERRARO, A. C.; SANTOS, C. F. Mobilização da coleta seletiva no município de Guanhães/MG. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, n. 1, p. 600-628, jan./mar. 2019
- ARAÚJO, E. C. S.; SILVA, V. F. A gestão de resíduo

sólidos em época de pandemia do COVID-19. **Revista GeoGraphos**, v. 11, n. 129, p. 192-215, 2020.

ARAÚJO, E. C. S.; SILVA, V. F. A gestão de resíduos sólidos em época de pandemia do COVID-19. **Revista GeoGraphos**, v. 11, n. 129, p. 192-215, 2020.

ARCANJO, M. A. S.; OLIVEIRA, A. L. M. A criação da secretaria nacional de economia solidária: avanços e retrocessos. **Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo**, n. 13, a. 11, p. 231-249, 2017.

BARROS, V. A.; OLIVEIRA, F. G. Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária. **Revista Laboreal**, v. 15, n. 1, 2019.

BERNARDES, J. R.; SILVA, B. L. S.; LIMA, T. C. F. Os impactos financeiros da COVID-19 nos negócios. **Revista da FAESF**, v. 4, n. especial, p. 43-47, jun. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: ago. 2021.

CHRISTOFOLETTI, R. COSTA, T. T. O.; SILVA, L. M. Escritas-fragmentos de experiência: uma ação remota com catadores de materiais recicláveis de Porto Velho (RO). **Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 07, p. 1624-1634, jan./dez. 2020.

DIAS, S.; ABUSSAFY, R.; GONÇALVES, J. MARTINS, J. P. **Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing**. Impactos da pandemia de COVID-19 sobre a reciclagem inclusiva no Brasil, 2020. Disponível em: &lt;<https://www.wiego.org/publications/impactos-da-pandemia-de-COVID-19-sobre-reciclagem-inclusiva-no-brasil>&gt;. Acesso em: ago. 2021.

FERRARINI, A.; GAIGER, L.; VERONESE, M. Solidarity economy enterprises in Brazil: An overview from the second national mapping. **The International Comparative Social Enterprise Moldes - ICSEM PROJECT**. 2021. Disponível em: <<https://base.socioeco.org/docs/gaiger-icsem.pdf>>. Acesso em: ago. 2021.

FERRARINI, A. V.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, jan./abr. 2018.

FIGUEIREDO, F. F.; SILVEIRA, R. M. C.; SILVA, P. V. O. A produção acadêmica sobre a inclusão sócio-produtiva de catadores de recicláveis no Brasil. **Revista GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

GIAGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 35, n. 103, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; SAKURI, T.; ZIGLIO, L. (Orgs.). **Catadores e espaços de (in)visibilidade**. São Paulo: Blucher, 2020.

GRECCO, F. S. **Produção e reprodução capitalista na indústria da reciclagem: uma análise do trabalho de catação de materiais recicláveis no interior paulista**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, 2014.

GUTIERREZ, R. F.; ZANIN, M. A relação entre tecnologia social e economia solidária: um estudo de caso em uma cooperativa de catadores de resíduos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, p. 129-148, 2013.

HENRIQUE, R. L. S.; MATTOS, U. A. O. Contexto Socioambiental das Cooperativas do Rio de Janeiro e os Impactos da COVID-19. **Revista Internacional de Ciências**, v. 10, n. 8, p. 32-49, set./dez. 2020.

HORTON, R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **The Lancet Journal**, v. 396, n. 10255, p. 874, 2020.

JUNCO, M. T. T. **The Conversation. Sindemia**, pandemia... ¿Importa el nombre que le demos? 2021. Disponível em: &lt; <https://theconversation.com/sindemia-pandemia-importa-el-nombre-que-le-demos-152366>&gt;. Acesso em: ago. 2021.

JURASZEK, L.; GUMBOWSKY, A.; RAUTENBERG, R. R.; BAZZANELLA, S. L. Estado, economia solidária e a resignificação do trabalho. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 42, p. 108-133, abr. 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA (EPU), 1986.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de vigilância epidemiológica: emergência de saúde pública de importância nacional pela doença pelo coronavírus 2019**. 2020. Disponível em: <[https://portalarquivos.saude.gov.br/images/af\\_gvs\\_coronavirus\\_6ago20\\_ajustes-finais-2.pdf](https://portalarquivos.saude.gov.br/images/af_gvs_coronavirus_6ago20_ajustes-finais-2.pdf)>. Acesso em: ago. 2021.

NEVES, L. M.; QUADROS, S. O.; LUTINSKI, J. A.; BUSATA, M. A.; FERRAZ, L. Catadores de materiais recicláveis: perfil social e risco à saúde associados ao trabalho. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, MG, v. 13, n. 24, p. 162-174, jun. 2017.

SANTOS, R. M.; JOAQUIM, F. L. Riscos de infecção por COVID-19 pelos catadores de resíduos: reflexões à luz de Jean Watson. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 6, 2021.

SHIOGIRI, P. K.; BRANCALEONI, A. P. L.; BORGES, A. C. G. Princípios da Economia Solidária para uma Associação de Reciclagem de lixo do município de Jaboticabal-SP. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*, VIII, 2011. **Anais** [...]. Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social: Ouro Preto. 2011.

SILVA, S. P. Crise de paradigma? A Política Nacional de Economia Solidária no PPA 2016-2019. **Mercado de Trabalho**, n. 64, p. 163-172, 2018.

SILVEIRA, R. M. C. **Os caminhos da inclusão social à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos**: um olhar sobre a categoria dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, RN, 2019.

SILVA-ARIOLIM I. G.; LOCKS, G. A.; ARRUDA, M. V. S.; BERNARDO, C. S.; MEERHOLZ, C. Cooperativismo e Economia Solidária: a constituição de uma Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos em São Joaquim (SC). **Revista Otra Economía**, v. 10, n. 19, p. 164-175, jul./dez. 2016.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOTO, M. M. T. **Análise e formação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária**. 2011. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

SPILLEIR, D. P. Economia solidária e obtenção de crédito: uma contribuição propositiva à luz do presente. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, a. 27, mar. 2021.

TORRES, A. E. **Círculo de cultura e economia solidária**: uma invenção dessa aliança no cotidiano dos catadores da Cooocassis. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis- Universidade Estadual Paulista - Assis, SP, 2016.

ZAMBELO, E. A. A Economia Solidária como um princípio de organização do trabalho: formação e assessoria técnica para catadores de material reciclável. **Revista GEPROS**, v. 10, n. 2, 2015.